

A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM OLINDA: REPERCUSSÕES DO PROGRAMA “EDUCAR PRA VALER”

Eline Aparecida da Silva Lima – UFPE eline.lima@ufpe.br

Luciana Rosa Marques – FUNDAJ/UFPE Luciana.marques@ufpe.br

Introdução

Esse estudo apresenta um breve panorama das repercussões do Programa “Educar pra Valer - EpV” no cotidiano dos gestores escolares, após a sua implementação no município de Olinda, em 2019. Com a finalidade de garantir a alfabetização na idade certa, o programa se alicerça na política de evidência utilizada em Sobral, através do planejamento de intervenção pedagógica composto pelo uso de material estruturado; formação para professores, gestores, coordenadores pedagógicos e técnicos da Secretaria da Educação e acompanhamento das escolas.

O EpV adotado em 48 municípios brasileiros, centrado nas turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, foi instituído pela Associação Bem Comum, em parceria com a Fundação Lemann, em junho de 2018, tendo como objetivo consolidar o aprendizado da alfabetização até os 07 anos de idade e superar as metas do IDEB. Para tanto, presta assessoria técnica e gratuita aos municípios partícipes, apoiando-os na implementação de boas práticas de gestão.

Seguindo a racionalidade neoliberal, baseada na lógica empresarial, o programa traz “novas oportunidades” para a escola pública. Este é o pensamento hegemônico dos defensores da reforma empresarial e seus financiadores, forjando um processo educativo direcionado à ideologia do mercado.

No delineamento da gestão escolar, que vem se constituindo a partir da introdução dos preceitos da Nova Gestão Pública – NGP na educação, diversas situações são impostas ao exercício da função, não correspondentes às atribuições do gestor escolar. Muitas se assemelham a uma visão empresarial, com foco em produtividade e metas pré-estabelecidas que chegam nas escolas públicas através de parcerias, a exemplo do Programa EpV. Deste modo, procurou-se também compreender as implicações da intervenção de grupos empresariais na política educacional em consonância com o aprofundamento sobre os desdobramentos do Programa EpV.

Dentro desse contexto, as repercussões que uma política pública educacional passa a ter no âmbito escolar, precisa ser analisada, problematizada e repensada. Os

municípios que tem uma trajetória consolidada com relação ao provimento do cargo de gestor escolar em perspectiva democrática, a exemplo de Olinda, sofrem grande interferência com estas intervenções, acentuando o prisma da responsabilização e controle das unidades escolares por agentes externos.

Desenvolvimento

A pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre de 2022. Como instrumento de coleta de dados utilizamos questionário Google *Forms* com todos os gestores escolares e entrevista semiestruturadas com gestores escolares específicos, técnicos da Secretaria de Educação e representantes do EpV. Para a Análise e tratamento dos dados elegemos a Análise de Conteúdo (Bardin, 1988).

Foi recorrente a avaliação positiva do programa entre os gestores. Essa compreensão está associada ao tratamento da qualidade educacional e de indicadores educacionais como semelhantes, ou seja, sempre que há um aumento ou superação de meta projetada, esta incide em qualidade educacional.

Para Freitas (2018, p. 82), “os resultados das avaliações passam a guiar a vida escolar. A elevação da nota da escola é estabelecida como referência de qualidade, o que leva à ocultação do debate de suas finalidades educativas”.

Como consequência, a reforma empresarial passa a integrar a política pública educacional, evidenciando uma nova racionalidade de “boa educação”, atrelada à elevação dos indicadores expressos através das avaliações em larga escala. Assim, “a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica” (FREITAS, 2018, p. 29) e o pensamento predominante é de que,

deve-se estabelecer um processo de alinhamento das escolas com os resultados esperados, em uma dinâmica que limite, pelo menos, a lógica de funcionamento empresarial. Isso implica dispor de informações ao nível das escolas para que se possa estabelecer algum grau de planejamento e pressão sobre cada uma delas (FREITAS, 2018, p. 34).

O estudo revelou que 85% dos gestores tem sua rotina influenciada pelo Epv. A necessidade de fornecer à sociedade um indicador de qualidade do ensino se torna presente no chão das escolas, ao ponto que a realização das avaliações denota, “permitir

a mobilização dos agentes escolares no sentido de ajustar suas práticas com o objetivo de melhorar os resultados” (MARQUES, 2020, p. 10).

As entrevistas semiestruturadas, apontaram que os técnicos da Secretaria de Educação compreendem que *“gestores e professores têm enfatizado gostar muito do programa, apesar das críticas iniciais em relação a rotina pedagógica”*, assim como, demonstraram tecer considerações a respeito de imposições verticalizadas, processos pedagógicos desrespeitosos no tempo, na cultura e nas diferentes potencialidades.

Há a ampliação de forma exponencial da cultura gerencialista através de uma concepção de gestão eficaz. A proposta de gestão defendida pelo programa tende a potencializar as habilidades de liderança e flexibilidade, fragmentando as obrigações do poder público, bem como o enfraquecimento dos princípios da gestão democrática. Logo, *“é controlar estritamente os agentes públicos para aumentar o comprometimento com trabalho. Espera-se deles muito mais a obtenção de resultados (contabilizados como empresa privada) do que respeito aos procedimentos funcionais”* (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 134).

Os representantes do EPV apontam a política de comprometimento e o acompanhamento pedagógico como fundamentais para que os objetivos, prazos e metas sejam alcançados.

O objetivo do Epv de *“elevar o percentual de alunos no nível adequado em língua portuguesa e matemática e ‘superar’ a meta IDEB”*, não tem sido alcançado em Olinda. Podemos inferir que o movimento está acontecendo de maneira inversa, pois, o município tem demonstrado maiores avanços nos indicadores e níveis de proficiência nos anos finais, etapa de ensino onde o programa não dispõe de pacote de intervenção pedagógica.

A Secretaria de Educação, como estratégia de recomposição das aprendizagens nos componentes curriculares de língua portuguesa e matemática, em setembro de 2021, no retorno às aulas presenciais em decorrência da COVID-19, criou o Projeto Reconecta Saberes. Gestado e organizado através do próprio corpo técnico-pedagógico da Secretária de Educação, o projeto tem como público-alvo todos os estudantes do 9º ano matriculados na Rede municipal.

A estratégia utilizada pelo projeto foi de contratar professores para que os estudantes tivessem aulas no contraturno, bem como aulões nucleados aos sábados. As

comparações entre os exames de 2019 e 2021, revelaram acréscimo nas proficiências em língua Portuguesa de 25% e em matemática de 17%. Por outro lado, nas turmas de anos iniciais referente ao 5º ano, observou-se um decréscimo de 32% em língua portuguesa e 24% em matemática.

Conclusão

Nosso estudo apontou que o gestor é sobrecarregado com funções administrativa e não tem tempo para pensar o quão desqualificado o seu papel torna-se na visão de programas como o EPV. Os gestores escolares de Olinda praticamente estão trabalhando para esta extensa pauta de intervenção, de modo que, têm sua autonomia controlada e um comprometimento coagido.

Constatamos a violação de um direito, no que diz respeito à priorização curricular para os componentes curriculares de Língua portuguesa e Matemática no âmbito da rotina escolar proposta pelo Epv. Simultaneamente, a proposta de intervenção pedagógica do EPV apresenta uma dicotomia, se por um lado o programa demonstra consideráveis resultados no sentido de contribuir para uma racionalidade de controle perante os processos pedagógicos, por outro, a proposta não cumpre com o objetivo de aumentar o IDEB em Olinda.

A proposição subjacente da reforma empresarial nos encaminha para o que compreendemos ser uma estratégia de responsabilização dos indivíduos que não os torna apenas responsáveis: eles devem responder por seu comportamento, a partir de escalas de medida estabelecidas.

Referências

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Traduzido por Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão popular, 2018.

MARQUES, L.R. Repercussões da nova gestão pública na gestão da educação: um estudo da rede estadual de Goiás. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e69772, 2020.

OLIVEIRA, D. A. A nova gestão pública no contexto escolar e o dilema dos (as) diretores (as). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 33, n. 3, p. 707-726, set.-dez., 2017.